

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.513.178 - MS
(2019/0153672-6)**

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
AGRAVANTE : JORGE BATISTA DA ROCHA
AGRAVANTE : BRUNO BATISTA DA ROCHA
ADVOGADOS : JORGE BATISTA DA ROCHA (EM CAUSA PRÓPRIA) - MS002861
ANDRÉ LUIZ BORGES NETTO E OUTRO(S) - MS005788
BRUNO BATISTA DA ROCHA (EM CAUSA PRÓPRIA) - MS008604
AGRAVADO : ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADOR : SHANDOR TOROK MOREIRA E OUTRO(S) - MS011960

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PRETENSÃO EXECUTIVA DA VERBA HONORÁRIA. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. DISSÍDIO. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. INFRINGÊNCIA AO INSTITUTO DA COISA JULGADA (ARTS. 502, 505, 507 E 508 DO CPC/2015). AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ.

1. Na espécie, o acórdão recorrido deu provimento ao recurso fazendário para acolher a impugnação ao valor da execução, a fim de determinar que o crédito seja recalculado com base no efetivo valor da execução principal.
2. Não se conhece da suposta afronta ao artigo 1.022 do CPC/2015, pois os recorrentes se limitaram a afirmar de forma genérica a ofensa ao referido normativo sem demonstrar qual questão de direito não foi abordada no acórdão proferido em sede de embargos de declaração e a sua efetiva relevância para fins de novo julgamento pela Corte de origem. Incide à hipótese a Súmula 284/STF.
3. O alegado dissídio jurisprudencial não foi comprovado nos moldes estabelecidos nos artigos 541, parágrafo único, do CPC/1973 e 255, § 1º, do RISTJ, tendo em vista que não foi realizado o devido cotejo analítico, com a demonstração clara do dissídio entre os casos confrontados, identificando os trechos que os assemelhem, não se oferecendo, como bastante, a simples transcrição de ementas ou votos.
4. Por fim, a tese de infringência ao instituto da coisa julgada (arts. 502, 505, 507 e 508 do CPC/2015) não foi prequestionada nem mesmo implicitamente. Incide, na espécie, o teor da Súmula 211/STJ.
5. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas,

Superior Tribunal de Justiça

acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Sérgio Kukina, Regina Helena Costa, Gurgel de Faria (Presidente) e Napoleão Nunes Maia Filho votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator